

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	41
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	45
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	47
10.5 - Políticas contábeis críticas	51
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	57
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	58
10.8 - Plano de Negócios	59
10.9 - Outros fatores com influência relevante	60

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

A Alpargatas possui uma política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Gerente de Auditoria e pelo Controller, que passou a vigorar a partir de 01/12/2016 e foi revisada em 20/01/2017.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos;

O objetivo da política de gerenciamento de riscos é definir as diretrizes para a gestão de riscos da Alpargatas que abrangem todas as atividades de identificação, análise, avaliação, classificação, parametrização, monitoramento do tratamento ao risco com as devidas responsabilidades.

(i) Os riscos da Alpargatas são categorizados de acordo com a classificação:

- Riscos Estratégicos: riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da empresa em proteger-se de eventos negativos ou adaptar-se às mudanças desfavoráveis que possam interromper o alcance de objetivos e a execução da estratégia planejada.
- Riscos Financeiros: riscos decorrentes de eventos que podem impactar diretamente a saúde financeira da organização ou de administração financeira deficitária. Desdobram-se em diversas outras vertentes: custo de oportunidade, garantias, disponibilidade de capital, inadimplência, fluxo de caixa, taxa de juros, taxa de câmbio e derivativos.
- Riscos de Compliance: riscos decorrentes de sanções legais ou regulatórias, de perda de reputação que a empresa pode sofrer como resultado da falha no cumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de conduta ou das políticas.
- Riscos Operacionais: riscos decorrentes da inadequação ou falha nos processos internos, pessoas ou de eventos externos, que possam interromper o alcance dos objetivos relacionados à operação do negócio.

(ii) Vide medidas adotadas pela Alpargatas no item 5.2

(iii) Com relação às estruturas de gerenciamento de riscos, a Companhia não possui um Comitê de Riscos, porque a Auditoria Interna é a área funcional responsável pelo processo de análise dos principais riscos relacionados aos negócios da Companhia. Sua estrutura e responsabilidade estão descritos em 5.3 (b).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia não possui uma área dedicada a controles internos. A Auditoria Interna é a área funcional responsável pela avaliação dos controles internos da Companhia. Sua estrutura e responsabilidade estão descritos em 5.3 (b).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar: (a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; (b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo: (i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção; (ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge); (iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); (iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; (v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; (vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado; (c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada;

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

Riscos de mercado são riscos financeiros os quais a Companhia está exposta devido às oscilações de variáveis tais como câmbio, taxas de juros e preço de commodities. Dessa forma, as políticas de gerenciamento de riscos de mercado vigentes na Companhia são:

- Câmbio: Política de Risco Cambial aprovada pelo Conselho de Administração que a revalidou por um ano em dezembro de 2015.
- Taxa de juros: Política de Aplicações Financeiras aprovada pelo Conselho de Administração que a revalidou por um ano em dezembro de 2015.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver,

A Política de Risco Cambial tem como objetivo estabelecer diretrizes para o monitoramento do risco cambial e a execução das operações de hedge. A Política de Aplicações Financeiras visa garantir o alinhamento das decisões de investimento das disponibilidades com os interesses dos acionistas. Busca manter a liquidez apropriada do caixa; preservar o capital do acionista e controlar a diversificação das aplicações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção;

Os riscos de mercados que as referidas políticas buscam proteção são o cambial, em virtude de contas a receber e de obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, e o de taxa de juros decorrente, em parte, das aplicações financeiras que são pós-fixadas.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge);

A estratégia de operações de hedge está relacionada com o impacto das operações em moeda estrangeira no fluxo de caixa da Companhia no horizonte de doze meses. As operações de hedge são executadas sobre as exposições descasadas mensais, ou seja, para posições que tenham proteção natural é considerada somente a parcela descoberta. São escolhidos os derivativos dentro dos instrumentos elegíveis que melhor se adaptem às condições de mercado (custo) e que mitiguem a exposição ao risco cambial. É tarefa da área de Administração Financeira se certificar de que as operações sejam elaboradas dentro dos parâmetros justos de mercado. Todas as operações realizadas deverão ter cotação de no mínimo três instituições financeiras.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); (iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos;

Os instrumentos de derivativos elegíveis para implementação das operações de hedge são: contratos de Swap; contrato a termo (NDF – non-deliverable forward); opções (call e put) e estratégia de estruturas com opções.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos;

Para as operações de derivativos a serem utilizadas para mitigação do risco cambial, será acompanhado o valor a mercado (MtM – *Mark to Market*) das operações e o risco de sua variação utilizando a metodologia do VaR (*Value at Risk*), com os seguintes parâmetros:

- Cálculo com periodicidade mensal;
- Horizonte de tempo: 21 dias;
- Método de cálculo paramétrico;
- Método de cálculo da volatilidade: EWMA ($\lambda=0,95$); e
- Grau de Confiança: 95%.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados não têm outro objetivo além de proteção contra o risco cambial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado;

O Comitê de Finanças é órgão responsável pelo acompanhamento e gestão dos riscos de mercado. As principais competências do Comitê de Finanças estão descritas no item 12.1.(a).ii.

Em 06 de outubro de 2017 o Conselho de Administração aprovou a criação do Comitê de Finanças cujos membros estão descritos no item 12.7 e as principais competências de acordo com o seu regimento interno estão descritas no item 12.1.(a).ii.

(c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada;

A Companhia entende que o Comitê de Finanças está adequado porque este órgão é composto pelos executivos cujos nomes dos participantes do Comitê estão discriminados no capítulo 12.7.

A área de Auditoria Interna é a responsável por avaliar a adequação dos controles internos da Companhia. Ela é liderada por um Gerente Geral que responde diretamente ao Presidente do Conselho de Administração. Os quatro auditores que reportam ao Gerente Geral têm como principais atribuições, assegurar a eficiência e eficácia dos controles internos com base na avaliação dos processos: (i) operacionais (que englobam as atividades nas fábricas, nas áreas de negócios e nas áreas de suporte); (ii) de Tecnologia da Informação (validação de interfaces e sistemas vigentes, adequação de acessos, segurança da informação); (iii) gerenciamento de riscos estratégicos e operacionais e identificação dos planos de ação; e (iv) gerenciar o canal de denúncias. Pela dimensão de sua responsabilidade, a Auditoria Interna se relaciona com todas as áreas da Alpargatas em todos os países em que há operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar: (a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las; (b) as estruturas organizacionais envolvidas; (c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento; (d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente; (e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A execução do Programa Anual de trabalho da área de Auditoria Interna tem sido a principal prática da Alpargatas para garantir que os controles internos para a elaboração das demonstrações financeiras sejam adequados. Desenvolvido a partir do mapa de controle, e das demandas das diversas áreas para avaliação dos seus processos mais críticos, o Programa Anual é aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração, a quem a Auditoria Interna está subordinada. Ao realizar seu trabalho a equipe de auditores internos verifica se as normas, processos e procedimentos da Companhia, aplicáveis aos ciclos de receita, desembolsos, compras, produção, dentre vários outros, estão sendo corretamente cumpridos, validando, dessa forma, a eficácia e eficiência dos controles internos. Também avalia a segurança dos sistemas de informação em uso, e que processam os dados para a elaboração das demonstrações financeiras. A Alpargatas utiliza o sistema SAP para uniformização de práticas e registros contábeis automáticos. A rastreabilidade, desde o saldo contábil até a transação original, em nível de documento, proporciona total transparência e confiabilidade dos números gerados pelo sistema. A auditoria de sistemas visa garantir que os controles de gestão de acesso, segregação de funções, armazenamento de informações (backups), interfaces dentre outros, estão adequados. Com o objetivo de contribuir na análise e opinião dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Interna os auxilia na realização de testes substantivos e de controle, como, por exemplo, valorização dos estoques, eventos subsequentes, voucher de resultado, alternativo de circularização de clientes e o acompanhamento de inventários físicos. A Companhia entende que a atuação da Auditoria Interna e a sujeição das demonstrações financeiras às revisões trimestrais e à auditoria anual por empresa de auditoria independente são suficientes para medir a adequação dos controles, sistemas,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

normas e procedimentos aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras confiáveis, não sendo necessárias, no momento, alterações nos processos de verificação e avaliação dos controles, bem como dos órgãos envolvidos.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas;

A área de Auditoria Interna é a responsável por avaliar a adequação dos controles internos da Companhia. Ela é liderada por um Gerente Geral que trabalha há mais de 30 anos na Alpargatas, e que responde diretamente ao Presidente do Conselho de Administração. Os quatro auditores que reportam ao Gerente Geral tem como principais atribuições, assegurar a eficiência e eficácia dos controles internos com base na avaliação dos processos.: (i) operacionais (que englobam as atividades nas fábricas, nas áreas de negócios e nas áreas de suporte); (ii) de Tecnologia da Informação (validação de interfaces e sistemas vigentes, adequação de acessos, segurança da informação); (iii) gerenciamento de riscos estratégicos e operacionais e identificação dos planos de ação; e (iv) gerenciar o canal de denúncias. Pela dimensão de sua responsabilidade, a Auditoria Interna se relaciona com todas as áreas da Alpargatas em todos os países em que há operações. A Contabilidade Corporativa é a área responsável pela preparação e consolidação das demonstrações financeiras. Ela é liderada por uma Gerente de Contabilidade, que se reporta ao Controller, e que há mais de 16 anos assina o Balanço da Alpargatas. No processo contábil corporativo trabalham, diretamente com a Gerente de Contabilidade, oito profissionais. A interface da Contabilidade também ocorre com um amplo número de áreas da Companhia, no Brasil e no exterior.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;

Cada trabalho da Auditoria Interna gera um relatório que apresenta as recomendações de melhoria dos principais pontos de controle levantados, o plano de ação para melhoria dos pontos de controle, o(s) responsável (eis) pela implementação do plano e o prazo para sua implementação. Terminado o prazo, o grau de eficiência do plano de ação é verificado pela Auditoria Interna por meio de evidências de que as atividades nele descritas foram implementadas. Como são muitos trabalhos em diversas áreas da Empresa são vários os responsáveis pelo cumprimento do plano de ação. Em qualquer caso, a Diretoria da área auditada toma conhecimento dos pontos de controle levantados no relatório de Auditoria Interna e acompanha a sua execução de forma a garantir a sua efetividade. Por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresenta um resumo dos relatórios mais relevantes com a informação dos riscos, do ambiente geral de controle e a possibilidade de perdas. Além do relatório da Auditoria Interna, os auditores independentes

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

emitem um relatório com sua opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras anuais preparadas pela Companhia (não há ressalvas nas últimas três demonstrações) e outro relatório destinado a aprimorar os procedimentos contábeis e o sistema de controle interno.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

No Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos emitido em 09/02/2018, encontra-se a seguinte recomendação para atenção do Conselho de Administração:

“A Companhia efetua as análises para o corte da receita (cut-off), com o auxilio da ferramenta SAP e P.S. Fretes. O P.S Fretes é um sistema logístico que tem interface com a plataforma SAP, com o objetivo de monitorar todo o sistema de frete da Companhia e extração da base das vendas faturadas e não entregues. Mensalmente o departamento contábil obtem a extração desta base e todos itens apresentados nesta composição, que foram faturados no mês de competencia e entregues em período posterior, fazem parte dos ajustes de cut-off da Companhia. Durante nossos testes identificamos os seguintes assuntos com relação a esse controle:

- i) Possibilidade de alteração nas datas de entrega e inclusão de novos dados nas informações incluídas no sistema P.S. Fretes pelo departamento logístico da Companhia, sem que esta atividade seja monitorada, revisada e/ou aprovada por um gestor responsável e ou uma pessoa independente de quem fez;
- ii) CFOPs, (5.105 e 6.105) não cadastrados nas plataformas do P.S Fretes e SAP para configurar os parâmetros das análises de cut-off da Companhia, consequentemente refletindo um ajuste de R\$ 17 milhões nas receitas (bruta), apresentados em nossa folha de ajustes, uma vez que a Companhia reconheceu estas receitas no momento do seu faturamento.”

Recomendação da KPMG Auditores Independentes:

“A ausência de um fluxo de revisões e aprovações sobre as mudanças ocorridas no P.S. Fretes, pode acarretar em erros e distorções nos saldos contábeis. Dessa forma recomendamos que seja implementado uma controle sobre as alterações realizadas pelo departamento de logística, bem como a revisão e aprovação do gestor da área.

Adicionalmente, recomendamos a conferência a fim de testar a integridade das informações que fazem interface entre os sistemas, para assegurar que toda a receita

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

está sendo capturada no ajuste de corte das vendas. Dessa forma, se todas as notas fiscais de faturamento (venda) fazem parte destas análises, o recalculo do cut-off será efetivo.”

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Assunto 1 - O procedimento interno proíbe este tipo de ação e o sistema monitora e traz o tracking de quem fez a alteração, além da data da alteração.

Assunto 2 - Para prevenir a ocorrência de novas falhas na realização do procedimento de cadastro dos CFOP's no sistema , a Companhia está desenvolvendo uma melhoria sistêmica no PS Fretes para identificar a entrada de novos CFOPs e consultar se os mesmos estão classificados como relevantes para inclusão na extração de dados para a contabilização do Cut-off. Caso não esteja classificado, o sistema enviará diariamente e-mail automático para as áreas fiscal e contábil alertando sobre a necessidade de classificação destes novos CFOPs. A área fiscal será responsável pela classificação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Após atualização anual da matriz de riscos, a Auditoria Interna inclui na programação de trabalhos, as áreas ou processos mais suscetíveis a fraudes ou que apresentam deficiências nos controles. Este trabalho é preventivo e busca aprimorar os níveis de controle para prevenção de uma possível fraude. Além disso, mensalmente realiza para alguns processos / atividades um monitoramento contínuo.

Uma vez que se detecta uma fraude, a Auditoria Interna é responsável pela investigação aprofundada até identificação das causas visando propor recomendações para melhorias. As decisões para as sanções aos executores da fraude são definidas pela Comissão de Ética.

Com relação aos possíveis ilícitos praticados contra a administração pública temos implementado o Manual Anticorrupção que faz referência a lei 12.846/13. Em 2017, dentro do programa de Gestão da Ética e Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração, foi realizado um workshop na Sede da Companhia, inclusive para os diretores, e também nas fábricas que abordou os aspectos mais relevantes da lei.

ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Conforme previsto na política de Gestão da Ética e Integridade, anualmente é proposto um programa de Integridade que é aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração. Após a execução das atividades previstas, o Presidente do Conselho é informado sobre o status e evidências do que foi realizado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética se aplica a todos os mencionados e está disponível no website e intranet da empresa e também no site do canal de denúncias.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A empresa possui uma política de Gestão da Ética e Integridade e anualmente estabelece um programa de integridade que é aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração.

Em 2017 uma das atividades do programa de integridade foi a preparação de um workshop abordando os aspectos mais relevantes do código de ética que foi ministrado para os diretores, mensalistas e gerentes da Sede e gerentes e mensalistas com maior exposição nas unidades fabris.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Atualmente não existe uma política onde estão contempladas as sanções. Parte dos membros da Comissão de Ética avalia o tipo de violação e aplica as sanções comunicando posteriormente para todos os membros da Comissão.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão atual do Código de Ética foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2012 e atualmente está disponibilizado nos sites da Companhia e do canal de denúncias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
O canal de denúncias está a cargo de terceiros.
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias é aberto para recebimento das denúncias tanto de empregados como de terceiros, pois está disponibilizado no site da Companhia. Todos os fornecedores e prestadores de serviços para serem cadastrados necessitam assinar Carta de Ética e Conduta nos Negócios com Fornecedores onde constam todos os detalhes de acesso ao canal de denúncias.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Todo empregado ou terceiro que realizar uma denúncia tem a possibilidade, ou não, de se identificar. Este procedimento é informado ao denunciante pelo atendente que recebe a ligação na empresa prestadora de serviço, ou no acesso via site do canal onde existe a opção de anonimato.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Todas as denúncias são apuradas pela área de Auditoria Interna da Companhia. Em 2017 foram recebidas 88 denúncias através dos canais disponibilizados relativas a um possível descumprimento do Código de Ética.

c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Sim, caso ocorram estas situações este trabalho é realizado.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A empresa possui um Manual Anticorrupção e boas práticas baseado na Lei 12.846/13 que está disponível na Intranet e site da empresa. Ainda na Intranet há um vídeo que também trata do Manual.

A empresa possui uma Política de Gestão da Ética e Integridade onde há previsão da aprovação de um Programa anual de Gestão da Ética e Integridade pelo Presidente do Conselho de Administração. Desde a implantação da política já foram realizados treinamentos (e-learning e workshop) para aqueles empregados que podem realizar contatos com órgãos ou agentes públicos.

Foi implementado ainda um processo interno na área de Cadastro da empresa que prevê que todos os fornecedores devem assinar um termo de adesão ao Manual Anticorrupção e boas práticas da Alpargatas para serem cadastrados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Em 2017, não houve mudanças significativas de redução ou aumento na exposição aos principais riscos mencionados no item 4 que tenha levado a Auditoria Interna a alertar a Administração. Alguns riscos foram adicionados ao presente Formulário, uma vez que a Companhia os considera importante na tomada de decisão de investimentos por parte dos investidores. A seguir estão listadas medidas adotadas pela Alpargatas para reduzir a exposição a alguns dos riscos mencionados no item 4.

Perda do valor das marcas

Para mitigar/monitorar o risco relacionado à perda do valor das suas marcas, a Alpargatas investe em estudos de hábitos e atitudes dos consumidores e pesquisas que apontam a predisposição destes a escolher/comprar suas marcas e produtos em relação aos concorrentes, e, ainda, como eles se comportam frente às características da categoria e dos produtos. O plano de ação de monitoramento deste risco é definido a partir do resultado das pesquisas qualitativas realizadas e visa à manutenção da fidelidade do consumidor com a marca tentando sempre aumentar a sua atratividade e com isso as suas vendas. Além disso, atua, por meio das vias legais, na apreensão de produtos falsificados, que podem trazer prejuízo à sua imagem.

Indisponibilidade de fornecimento de matérias-primas vitais

Para minimizar o risco do número reduzido de fornecedores de borracha sintética no Brasil, a Alpargatas tem aumentado a quantidade de fornecedores internacionais, além de buscar otimizar o seu uso no processo. Adicionalmente, a Companhia avalia, desenvolve e testa novas alternativas de fornecimento sistematicamente.

Perda de incentivo fiscal

Trimestralmente a Companhia avalia se está cumprindo as exigências fiscais, trabalhistas, sociais e de proteção e controle do meio ambiente e acompanha todos os projetos em tramitação que tratam da convalidação dos incentivos fiscais.

Ocorrência de catástrofe natural ou sinistros

Para diversos tipos de sinistros as fábricas possuem seguros contratados que minimizam os riscos a eles relacionados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

A seus clientes:

Uma forma de minimizar o risco de inadimplência é não concentrar as vendas em poucos clientes. Conforme mencionado no item 7.4 nenhum cliente da Alpargatas foi responsável, isoladamente, por mais de 10% da receita líquida consolidada em 2017.

Questões socioambientais

Para minimizar o risco de multas por destinação indevida de resíduos a Alpargatas utiliza somente empresas transportadoras certificadas, ou seja, que foram aprovadas nas avaliações/auditorias realizadas pela equipe de Segurança, Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - SSMA de cada unidade fabril que verificam, dentre outros, os quesitos de destinação final e transporte dos resíduos, licenças e visitas às empresas que fazem a recepção do resíduo.

Risco de commodities

Uma forma de mitigar o risco de variação no preço/custo da borracha sintética é via (i) gestão de estoques estratégicos, (ii) negociação de preços, condições de pagamento e prazos diretamente com os fornecedores; (iii) contratos de longo prazo e/ou que envolvam cláusulas de proteção com parte de valores fixos, independentes das flutuações dos preços dos insumos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.0 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. A Administração deve comentar sobre:

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Alpargatas apresenta sólida situação financeira e patrimonial para implementar seus planos de negócios, pois possui forte e consistente geração de caixa.

Indicadores Financeiros	2017	2016	2015
<i>Índices de Liquidez</i>			
Liquidez corrente	2,2	2,3	1,7
Liquidez geral	1,7	1,4	1,3
Liquidez imediata	0,6	0,5	0,4
<i>Índices de endividamento</i>			
Índice de endividamento	41,2%	45,4%	48,7%
Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total	70,6%	57,9%	71,5%
<i>Índices de rentabilidade</i>			
Margem bruta	44,1%	44,4%	42,7%
Margem ebitda	13,1%	14,2%	14,0%
Margem líquida	9,4%	8,8%	6,5%
Retorno sobre Patrimônio Líquido	16,2%	17,9%	13,1%
Retorno sobre ativo	9,2%	9,5%	7,1%

Índices de Liquidez

A Companhia apresenta consistentes índices de liquidez, o que reflete a sua capacidade financeira de liquidar seus compromissos de curto e longo prazo.

Liquidez corrente: ativo circulante ÷ passivo circulante.

Liquidez geral: (ativo circulante + realizável a longo prazo) ÷ (passivo circulante + passivo não circulante).

Liquidez imediata: disponível ÷ passivo circulante.

O índice de liquidez geral aumentou em 2017, principalmente pela reversão da provisão tributária sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS.

Os índices de liquidez corrente e geral aumentaram em 2016, principalmente pela redução no endividamento financeiro de curto prazo.

Os índices de liquidez corrente e geral sofreram redução em 2015, principalmente pelo aumento no endividamento financeiro com maior captação de empréstimo e maior variação cambial nos empréstimos em moeda estrangeira.

Índices de endividamento

Índice de endividamento: (passivo circulante + passivo não circulante) ÷ ativo, mede a proporção de ativos totais da empresa financiada por terceiros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A queda de 4 pontos percentuais em 2017 se deu principalmente pela reversão da provisão tributária sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS.

A queda de 3 pontos percentuais em 2016 se deu principalmente em razão da melhor posição financeira líquida em relação à 2015, com redução dos empréstimos e elevação do caixa e aplicações financeiras.

O acréscimo de 6 pontos percentuais em 2015 se deu principalmente em razão do aumento do endividamento financeiro.

Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total

Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total: passivo circulante / passivo circulante + passivo não circulante.

As principais contas do passivo circulante são fornecedores, empréstimos e financiamentos.

O acréscimo de 12 pontos percentuais em 2017 se deu principalmente pelo (i) aumento da dívida do curto prazo e a (ii) reversão da provisão tributária de LP referente a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS.

A redução de 13 pontos percentuais em 2016 se deu principalmente pela redução da dívida de curto prazo.

Índices de rentabilidade

Margem bruta: lucro bruto ÷ receita líquida

Margem ebitda: ebitda ÷ receita líquida

Margem líquida: lucro líquido ÷ receita líquida

Retorno sobre patrimônio líquido: lucro líquido ÷ patrimônio líquido médio

Retorno sobre ativo: lucro líquido ÷ ativo médio

Estes índices refletem o desempenho e a capacidade de geração de lucro da Companhia.

Em 2017 a margem ebitda foi inferior a de 2016 em 1,1 ponto percentual, principalmente pela redução das margens brutas dos negócios internacionais de sandálias e da Argentina, e a menor produtividade das despesas operacionais destas operações.

Em 2016 as margens, bruta, ebitda e líquida se elevaram pelo crescimento na receita gerada no Brasil onde o destaque foi o aumento de 19,6% no faturamento no negócio de Sandálias, decorrente de incremento de volume e preço.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2015 a margem bruta subiu principalmente devido: a maior participação da receita de Sandálias no mercado interno, ao câmbio no negócio internacional de Sandálias e ao aumento de produtividade fabril na Argentina. A margem líquida sofreu redução, principalmente pelos gastos com a mudança de controle acionário, a redução do resultado financeiro por uma posição financeira líquida (PFL) menor e resultado não recorrente da venda de imóvel ocorrida em 2014. Estes impactos no lucro líquido refletiram em menor retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo.

(b) estrutura de capital

RS milhões	2017	2016	2015
Empréstimos de curto prazo	(408,9)	(209,9)	(495,2)
Empréstimos de longo prazo	(324,7)	(382,8)	(177,4)
Total de empréstimos	(733,6)	(592,7)	(672,7)
(-) Caixa	706,3	502,1	488,2
(=) Posição financeira líquida	(27,3)	(90,6)	(184,5)
Patrimônio líquido	2.264,4	2.067,3	1.931,2
Participação de capital de terceiros	70,2%	83,0%	94,9%
Participação de capital próprio	29,8%	17,0%	5,1%

Em 31 de dezembro de 2017, a posição financeira líquida foi negativa em R\$ 27,3 milhões e o patrimônio líquido cumulou R\$2.264,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, a posição financeira líquida foi negativa em R\$ 90,6 milhões e o patrimônio líquido cumulou R\$2.067,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a posição financeira líquida foi negativa em R\$ 184,5 milhões e o patrimônio líquido cumulou R\$1.931,2 milhões.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), medida utilizada pela Administração para mensurar o desempenho operacional e a geração de caixa da Alpargatas, acumulou os seguintes valores e margens de 2014 a 2016:

RS milhões	2017	2016	2015
LAJIDA (das operações continuadas)	486,2	576,0	563,4
Margem LAJIDA	13,1%	14,2%	14,0%
Índice de cobertura da despesa financeira (nº vezes)	5	4	5

De 2015 a 2017, o LAJIDA apresentou índices de cobertura para despesa financeira entre 4 e 5 vezes. Considerando o nível de endividamento de curto prazo, e a forte

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

geração de caixa, entendemos que a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Companhia é altamente satisfatória.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2015 as principais fontes de financiamento para o capital de giro no Brasil foram: a geração operacional de caixa, a cessão de crédito realizada com o Santander com valor total de operações ao longo do ano de R\$ 188,8 milhões, a captação de recursos através de NCE (Nota de Crédito à Exportação) e PPE (Pré Pagamento de Exportação). Em relação às empresas offshore as linhas existentes foram renovadas e outras reduzidas por conta de capitalização pela matriz, principalmente nos EUA. Para financiar os investimentos em imobilizado foram utilizadas as linhas de Finame do BNDES e da linha de crédito Pro Design (FINEM - BNDES).

Em 2016 as principais fontes de financiamento para o capital de giro no Brasil foram: a geração operacional de caixa; a linha do BNDES-EXIM Pré Embarque no valor de R\$ 180 milhões captados com o Banco Santander (R\$ 72 MM) e Safra (R\$ 108 MM); Liberação de mais R\$ 31 milhões referentes ao FINEM-Pro Design, captado junto ao banco Itaú; Para financiar os investimentos em imobilizado (novo centro de distribuição de Campina Grande - PB) foi utilizada a linha do BNB, no valor de R\$ 32 milhões. Em relação às empresas offshore as linhas existentes foram renovadas e outras reduzidas por conta de operações *intercompany*, principalmente nos EUA.

Em 2017 as principais fontes de financiamento para o capital de giro no Brasil foram: a geração operacional de caixa; a emissão de debêntures no valor de R\$ 250 milhões, não conversíveis em ações, da espécie quirografária. Em relação às empresas offshore as linhas existentes foram renovadas e houve, também, um acréscimo de aproximadamente R\$ 26 milhões com relação a subsidiária nos EUA.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

Não há previsão de utilização de outras fontes de financiamento por deficiência de liquidez.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre dívidas e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos	Moeda	Indexador e taxa média anual de juros	Consolidado 31/12/15 (R\$ milhões)
EM REAIS			
FNE (BNB)	R\$	Juros de 2,58%	131,6
FINAME	R\$	Juros de 3,45%	49,0
NCE (Exim Compulsório)	R\$	Juros de 12,89%	238,7
FINEM	R\$	Juros de 12,85%	25,9
Cessão de Crédito	R\$	Juros de 16,02% (média)	94,6
Capital de Giro	R\$	Juros de 14,84%	1,6
Captação 4131	R\$	Juros de 14,41%	42,7
TOTAL EM REAIS			584,1
EM MOEDA ESTRANGEIRA			
Working capital EUA	US\$	Juros de 2,10%	87,0
Arrendamento Mercantil Financeiro - ASAIC	AR\$	Juros de 23,88%	0,3
Working capital ASAIC	AR\$	Juros de 15,70%	1,3
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA			88,6
TOTAL GERAL			672,7

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$ 672,7 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2015:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	31/12/15	% s/total
CURTO PRAZO	495,3	73,6%
2016	495,3	73,6%
LONGO PRAZO	177,4	26,4%
2017	33,7	5,0%
2018	32,8	4,9%
2019	32,1	4,8%
2020	26,7	4,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2021 +	52,1	7,7%
TOTAL	672,7	100,0%

Da dívida de curto prazo de R\$ 495,3 milhões, R\$ 407,0 milhões (82,2%) são em moeda nacional. Os empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira no valor de R\$ 88,3 milhões (17,8%) financiam o capital de giro das subsidiárias no exterior.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos	Moeda	Indexador e taxa média anual de juros	Consolidado 31/12/16 (R\$ milhões)
EM REAIS			
FNE (BNB)	R\$	Juros de 4,08% a.a.	144,1
FINAME	R\$	Juros de 3,44% a.a.	41,8
FINEM	R\$	Juros de 12,88% a.a.	57,0
EXIM	R\$	Juros de 13,24% a.a.	186,3
Conta Garantida	R\$	Juros de 15,63% a.a.	8,1
Risco Sacado	R\$	Juros de 17,13% a.a.	25,7
Captação 4131	R\$	Juros de 15,54% a.a.	42,5
TOTAL EM REAIS			505,5
EM MOEDA ESTRANGEIRA			
Working capital EUA	US\$	Juros de 2,99%	56,1
Arrendamento Mercantil Financeiro - ASAIC	AR\$	Juros de 23,88%	0,2
Working capital ASAIC	AR\$	Juros de 23,42%	30,9
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA			87,2
TOTAL GERAL			592,8

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$ 592,8 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2016:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos Financiamentos R\$ milhões	e	31/12/16	% s/total
CURTO PRAZO		209,9	35,4%
2017		209,9	35,4%
LONGO PRAZO		382,8	64,6%
2018		232,8	39,3%
2019		51,6	8,7%
2020		35,5	6,0%
2021		30,2	5,1%
2022 +		32,7	5,5%
TOTAL		592,7	100,0%

Da dívida de curto prazo de R\$ 209,9 milhões, R\$ 122,9 milhões (58,5%) são em moeda nacional. Os empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira no valor de R\$ 87,0 milhões (41,5%) financiam o capital de giro das subsidiárias no exterior.

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos	Moeda	Indexador e taxa média anual de juros	Consolidado 31/12/17 (R\$ milhões)
EM REAIS			
FNE (BNB)	R\$	Juros de 2,53% a.a.	93,3
FINAME	R\$	Juros de 3,38% a.a.	34,0
FINEM	R\$	Juros de 9,26% a.a.	41,7
EXIM	R\$	Juros de 10,87% a.a.	142,2
Conta Garantida	R\$	Juros de 8,5% a.a.	16,5
Debêntures	R\$	Juros de 7,18% a.a.	250,6
Risco Sacado	R\$	Juros de 10,39% a.a.	21,7
Captação 4131	R\$	Juros de 8,05% a.a.	30,9
TOTAL EM REAIS			630,9
EM MOEDA ESTRANGEIRA			
Working capital EUA	US\$	Juros de 3,38%	82,6
Arrendamento Mercantil Financeiro - ASAIC	AR\$	Juros de 23,88%	0,1
Working capital ASAIC	AR\$	Juros de 24,4%	20,1
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA			102,8
TOTAL GERAL			733,7

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$ 733,7 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2017:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	31/12/17	% s/total
CURTO PRAZO	409,0	55,74%
2018	409,0	55,74%
LONGO PRAZO	324,7	44,26%
2019	118,6	16,16%
2020	118,6	16,16%
2021	18,6	2,53%
2022	68,6	9,34%
2023 +	0,5	0,06%
TOTAL	733,7	100,0%

Da dívida de curto prazo de R\$ 409 milhões, R\$ 258,8 milhões (63%) são em moeda nacional. Os empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira no valor de R\$ 150,2 milhões (37%) financiam o capital de giro das subsidiárias no exterior e da Osklen (nacional).

i - contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Debêntures

Em dezembro de 2017, a Alpargatas S.A. captou um montante total de 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) por meio de sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, totalizando 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures de 1.000,00 (mil reais) cada, sendo emitidas: 100.000 Debêntures de 1.000,00 (mil reais) na Primeira Série totalizando um montante de 100.000.000,00 (cem milhões de reais); 100.000 Debêntures de 1.000,00 (mil reais) na Segunda Série totalizando um montante de 100.000.000,00 (cem milhões de reais) e 50.000 Debêntures de 1.000,00 (mil reais) na Segunda Série totalizando um montante de 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

As Debêntures da Primeira Série vencerão em 15 de dezembro de 2019 e incidirão sobre as mesmas juros correspondentes de 103,5% do CDI que serão pagos semestralmente todo dia 15 dos meses de junho e dezembro e a última na data de vencimento da Primeira Série; as Debêntures da Segunda Série vencerão em 15 de dezembro de 2020 e incidirão sobre as mesmas juros correspondentes de 104,0% do CDI que serão pagos semestralmente todo dia 15 dos meses de junho e dezembro e a última na data de vencimento da Segunda Série; as Debêntures da Terceira Série vencerão em 15 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2022 e incidirão sobre as mesmas juros correspondentes de 106,0% do CDI que serão pagos semestralmente todo dia 15 dos meses de junho e dezembro e a última na data de vencimento da Terceira Série.

FNE – Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Em 26 de dezembro de 2012 e 3 de maio de 2013, a Alpargatas assinou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB no limite de R\$ 148,5 milhões, destinado a apoiar a construção da fábrica de Havaianas em Montes Claros – MG. As liberações das parcelas são vinculadas ao cronograma de investimentos e iniciaram a partir de fevereiro de 2013. A amortização será em 96 parcelas mensais, sendo a primeira em 26 de janeiro de 2015 e a última em 26 de dezembro de 2022. Este financiamento é garantido por fiança emitida pelo Banco Santander com cobertura de 100% (principal e encargos) a um custo anual de 1,1% sobre o valor da dívida contratada.

Em 28 de dezembro de 2015 a Alpargatas assinou novo contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB no valor de R\$ 38,3 milhões destinado a apoiar a construção do Centro de Distribuições, localizado em Campina Grande – PB. As liberações das parcelas são vinculadas ao cronograma de investimentos e iniciaram a partir de novembro de 2016. A amortização será em 72 parcelas mensais, sendo a primeira em 28 de janeiro de 2017 e a última em 28 de dezembro de 2022. Este financiamento é garantido por fiança emitida pelo Banco Santander com cobertura de 100% (principal e encargos) a um custo anual de 1,1% sobre o valor da dívida contratada.

EXIM – BNDES

Em Junho de 2016, a Alpargatas recebeu o crédito de R\$ 72,3 milhões referentes ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré Embarque, assinado com o Banco Santander. O financiamento será amortizado em parcela única com vencimento em junho de 2018. O recurso tem o objetivo de financiar as exportações de sandálias e exige a comprovação das exportações durante o período de vigência do contrato.

Em Junho de 2016, a Alpargatas recebeu o crédito de R\$ 108,5 milhões referentes ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré Embarque, assinado com o Banco Safra. O financiamento será amortizado em parcela única com vencimento em junho de 2018. O recurso tem o objetivo de financiar as exportações de sandálias e exige a comprovação das exportações durante o período de vigência do contrato.

FINEM – PRO DESIGN

Em outubro de 2015 a Alpargatas recebeu o crédito de R\$ 25,4 milhões referente a linha Pro Design (FINEM). Os valores captados nesta modalidade tem por objetivo contribuir e incentivar o desenvolvimento e fortalecimento da marca e também na criação de produtos. Os contratos foram assinados com o Itaú e com o Santander. O prazo de financiamento é de 60 meses com 18 meses de carência, sendo que as parcelas de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principal vencerão a partir de outubro de 2016 até março de 2020. Referente a este mesmo financiamento, a Alpargatas ainda recebeu mais dois créditos de R\$ 17,8 milhões em Outubro de 2016 e R\$ 13,5 milhões em Dezembro de 2016, que seguem o mesmo cronograma de amortizações.

Em dezembro de 2017, as parcelas da dívida cujo vencimento se daria no longo prazo foram temporariamente classificadas no curto prazo até obtenção de anuênciam referente à troca de controle societário ocorrida em novembro de 2017.

CAPITAL DE GIRO (WORKING CAPITAL)

As operação da subsidiária nos Estados Unidos é suportada por linhas de capital de giro com prazo de 360 dias. As linhas são negociadas no Brasil com bancos de relacionamento da companhia. Tais linhas tem por objetivo fazer frente às necessidades de caixa imediatas e de curto prazo das subsidiárias. Todos os empréstimos de capital de giro para as subsidiárias no exterior são suportados por aval da matriz e por notas promissórias.

ii - outras Relações de Longo Prazo com Instituições Financeiras

Além das fianças que suportam os financiamentos de longo prazo mencionados anteriormente, a Alpargatas também possui fianças bancárias diversas por tempo determinado e indeterminado que suportam ações judiciais trabalhistas e tributárias e aluguel de imóveis. O quadro abaixo demonstra os valores das fianças bancárias em 31 de dezembro dos respectivos anos:

Modalidade	2017 (R\$ Milhões)	2016 (R\$ Milhões)	2015 (R\$ Milhões)
Trabalhista	1,2	1,2	1,2
Tributária	256,7	233,4	206,9
TOTAL	257,9	234,6	208,1

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Subordinação de Dívidas	2017		2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<i>1º. Passivos trabalhistas</i>						
Salários e encargos sociais	131,3	-	162,7	-	172,5	-
Provisão para riscos trabalhistas	15,0	14,1	13,3	17,0	16,0	14,0
	146,3	14,1	176,0	17,0	188,6	14,0
<i>2º. Passivos com garantia real</i>						
Financiamentos	6,8	27,2	7,8	33,9	7,3	41,7
Obrigações renegociadas de controlada	0,8	3,1	0,9	4,4	1,3	8,0
	7,6	30,3	8,8	38,3	8,6	49,7
<i>3º. Passivos tributários</i>						
Impostos e contribuições a pagar	32,8	55,9	68,8	67,5	47,2	82,9
Tributo com exigibilidade suspensa	-	-	-	198,6	-	185,2
Provisão para riscos tributários	-	7,8	-	5,8	-	6,1
	32,8	63,7	68,8	271,9	47,2	274,2
<i>4º. Passivos quirografários</i>						
Fornecedores	388,1	-	427,3	-	437,6	-
Financiamentos	402,1	297,5	202,1	348,8	487,9	135,7
Obrigações renegociadas de controlada	4,1	15,7	5,2	20,2	6,8	33,1
Provisões e Outras Obrigações	135,5	46,3	101,4	25,4	127,9	15,8
	929,8	359,5	736,0	394,4	1.060,3	184,7
<i>5º. Passivos subordinados</i>						
Juros s/capital próprio e dividendos a pagar	5,0	-	4,9	-	4,8	-
	Total	1.121,5	467,6	994,5	721,8	1.309,5
						522,7

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

No que se refere à existência de cláusulas restritivas (*covenants* financeiros) em contratos de financiamento celebrados pela Alpargatas S.A. temos a informar que a Alpargatas captou, em dezembro de 2017, R\$ 250 milhões, por meio de sua 1ª emissão de debêntures. A Escritura dessa emissão conta com uma cláusula financeira restritiva referente à distribuição e/ou pagamento, pela Alpargatas, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Emissora vigente na Data de Emissão, caso a Emissora esteja descumprido o índice financeiro: *Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,00 vezes*. Para fins de definição entende-se por: (i) Dívida Líquida a Dívida financeira da emissora menos as disponibilidades de caixa e equivalentes (ou seja, somatório do caixa e aplicações financeiras) e (ii) “EBITDA” é o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Dentre os instrumentos de endividamento utilizados pela companhia, o FNE celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil, tem por objetivo a construção da fábrica de Havaianas em Montes Claros – MG. A liberação das tranches relativas ao contrato de financiamento foi condicionada à comprovação prévia dos gastos com o projeto em questão, que por já ter sido concluído, já teve 100% dos valores liberados pelo BNB.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultado

Em R\$ milhões

	12 M			Variação	
	2017	2016	2015	2017/2016	2016/2015
Vendas Líquidas	3.721,9	4.054,4	4.038,7	-8,2%	0,4%
Lucro Bruto	1.639,6	1.800,3	1.725,1	-8,9%	4,4%
% Margem Bruta	44,1%	44,4%	42,7%		
% Despesas com vendas e administrativas	32,9%	30,7%	31,1%	-0,3 p.p.	1,7 p.p.
Equivalência Patrimonial	0,0	0,0	0,0	2,2 p.p.	-0,4 p.p.
Lucro Operacional (antes do resultado financeiro)	379,4	472,3	365,3	-19,7%	29,3%
Receitas Financeiras	40,9	63,3	56,0		
Despesas Financeiras	(98,0)	(131,1)	(112,9)		
Variação Cambial	(16,5)	(18,6)	(2,9)		
Operações com Derivativos	0,0	(0,7)	(1,0)		
Imposto Renda / Contribuição Social	46,4	(23,0)	(27,6)		
LUCRO LÍQUIDO OPERAÇÕES CONTINUADAS	352,2	362,2	276,9	-2,7%	30,8%
Operações descontinuadas	(1,7)	(3,8)	(13,7)		
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO	350,6	358,4	263,2	-2,2%	36,1%
LAJIDA	486,2	576,0	563,4	-15,6%	2,2%
Margem LAJIDA	13,1%	14,2%	14,0%		

Receita líquida:

Em 2017, a receita líquida consolidada de R\$ 3,7 bilhões recuou 8,2% na comparação com a de 2016 em decorrência do decréscimo no faturamento das operações nos mercados interno e externo. No Brasil, a redução de 8,3% deveu-se, principalmente, à queda de 11,0% no faturamento do negócio Sandálias. Nas operações internacionais de sandálias, o crescimento de 5,8% no volume de vendas de sandálias e o aumento dos preços médios em dólar proporcionaram incrementos de 7,8% no faturamento em euro e de 18,7% em dólar na exportação de sandálias. Houve ligeira queda de 1,0% na receita em reais devido à variação cambial. Na Argentina, a variação positiva de 5,6% na receita em pesos ficou abaixo da inflação local. A valorização do real frente ao peso argentino reduziu em 14,0% o faturamento em reais.

Em 2016, a receita líquida consolidada foi de R\$ 4.054,4 milhões, aumento de 0,4% na comparação com 2015. O aumento deveu-se principalmente pelo crescimento de 12,1% na receita gerada no Brasil. O destaque foi o aumento de 19,6% no faturamento do negócio Sandálias no país, decorrente do preço maior e dos incrementos de 11,5% e 13,6% no volume de sandálias e no de produtos de extensão de Havaianas, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2015, a receita líquida consolidada foi de R\$ 4.038,7 milhões, aumento de 14,2% em relação a 2014. O crescimento no ano foi impulsionado pela variação cambial e melhor performance das seguintes operações:

- Operações nacionais: +2,0%
- Argentina: +25,0%
- EMEA: +17,9%
- Estados Unidos: +8,1%

Lucro e margem bruta:

Em 2017, O lucro bruto consolidado somou R\$ 1,6 bilhão e a margem bruta consolidada, de 44,1% foi praticamente igual à de 2016. A margem bruta do Brasil foi 45,1%, ou 1,3 ponto percentual maior que a de 2016. Os motivos desta evolução foram os crescimentos das margens brutas de Sandálias e de Mizuno, negócio que se beneficiou da valorização do real frente ao dólar e da nacionalização da produção dos seus calçados. Em Sandálias Internacional, a margem bruta de 64,7% foi 3,6 pontos percentuais inferior, sendo a variação cambial e o mix de países e de canais, os fatores que explicam essa variação. Na Argentina, a margem bruta de 20,3% recuou 6,3 pontos percentuais porque o aumento dos custos de produção, devido à perda de eficiência fabril, foi muito superior ao dos preços médios, que sofreram com o acirramento da competição no país.

Em 2016, o lucro bruto consolidado das operações continuadas somou R\$ 1.800,3 milhões, superior em 4,4% em relação a 2015 e a margem bruta, de 44,4% foi 1,7 p.p. superior ao ano anterior. O aumento foi impulsionado pelo aumento na margem bruta em 1,7 p.p. no Brasil.

Em 2015, o lucro bruto consolidado das operações continuadas alcançou R\$ 1.725,1 milhões, superior em 18,8% em relação a 2014 e a margem bruta, de 42,7% foi 1,6 p.p. superior ao ano anterior. Os principais fatores que explicam a variação são: (i) aumento do preço médio e melhor mix de vendas, impactando positivamente 3,7 p.p., (ii) impacto negativo de 2,8 p.p no custo devido a variação cambial de produtos importados e (iii) ganho de 0,7 p.p com hedge cambial e commodities.

Despesas com vendas e administrativas:

Em 2017, o percentual de despesa com vendas e administrativas aumentou 2,2 p.p. em relação a 2016. O aumento deve-se, principalmente, a queda na receita líquida de vendas e a menor produtividade das despesas nos negócios internacionais de sandálias e Argentina.

Em 2016, o percentual de despesas com vendas e administrativas reduziu 0,5 p.p. em relação a 2015, principalmente pela redução de gastos com marketing.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2015, o percentual de despesas com vendas e administrativas foi 1,0 p.p. superior ao de 2014. O aumento deve-se, principalmente, a consolidação das despesas da Osklen que impactaram 12 meses em 2015 e somente 3 meses em 2014, no resultado consolidado da Companhia.

Lucro operacional:

Em 2017, o lucro operacional das operações continuadas de R\$ 379,4 milhões foi inferior ao de 2016 em 19,7%, principalmente pela queda na receita líquida e demais fatores descritos acima.

Em 2016, o lucro operacional das operações continuadas de R\$ 472,3 milhões foi superior ao de 2015 em 29,3%, principalmente pelos fatores já descritos nos itens acima (vendas líquidas e margem bruta).

Em 2015, o lucro operacional das operações continuadas de R\$ 365,3 milhões foi superior ao de 2014 em 9,8%, principalmente pelos fatores já descritos nos itens acima (vendas líquidas, margem bruta, despesas com vendas e administrativas).

Receitas financeiras:

Em 2017, as receitas financeiras somaram R\$ 40,9 milhões, queda de R\$ 22,4 milhões em relação a 2016, principalmente pela queda da taxa de juros (CDI) incidente sobre as aplicações financeiras e menor receita de atualização monetária sobre outros ativos.

Em 2016, as receitas financeiras somaram R\$ 63,3 milhões, aumento de R\$ 7,3 milhões em relação a 2015, principalmente pelo aumento no caixa médio aplicado.

Em 2015, houve queda nas receitas financeiras de R\$ 56,0 milhões em relação a 2014, principalmente pela redução no caixa médio aplicado.

Despesas financeiras:

Em 2017, as despesas financeiras somaram R\$ 98,0 milhões, queda de R\$ 33,1 milhões em relação a 2016, principalmente pela descontinuidade dos encargos financeiros sobre impostos com o ganho na ação da exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS e menor despesa com ajuste a valor presente na compra de matéria-prima.

Em 2016, as despesas financeiras de R\$ 131,1 milhões foram superiores em R\$ 18,2 milhões em relação a 2015, principalmente pelo aumento no volume de empréstimos a taxas mais elevadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2015, as despesas financeiras de R\$ 112,9 milhões foram superiores em R\$ 24,3 milhões em relação a 2014, principalmente pelo aumento do volume de empréstimos e elevação da taxa Selic que impactou as operações indexadas ao CDI.

Variação cambial:

Em 2017 a despesa com variação cambial foi de R\$ 16,5 milhões. O resultado deve-se basicamente a perda cambial sobre contas a pagar na operação da Argentina.

Em 2016 a despesa com variação cambial foi R\$ 18,6 milhões. O resultado deve-se, principalmente, a redução na taxa do dólar impactando negativamente o contas a receber em moeda estrangeira.

Em 2015 a despesa com variação cambial foi R\$ 2,9 milhões. O resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 55% na taxa do dólar na Argentina no mês de dezembro, o que impactou o saldo de contas a pagar (importações) em moeda estrangeira.

Operações com derivativos:

As operações com derivativos visam proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia através da redução da exposição cambial para um horizonte de doze meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Estas operações visam proteger os impactos da variação cambial sobre as importações e exportações.

IR e CSLL:

Segue abaixo o demonstrativo de cálculo do IR e CSLL de 2015 a 2017 e respectivas taxas efetivas:

RS milhões	2017	2016	2015
Lucro líquido antes do I.R. e CSLL e minoritários	305,8	385,2	304,5
SUBTOTAL (a)	305,8	385,2	304,5
Juros s/ capital próprio	(150,3)	(132,6)	(114,9)
Subvenção para investimento	(170,3)	(180,3)	(134,0)
Adição (exclusão) de resultado de controladas	26,2	(12,4)	24,2
Deságio da venda do ativo tributário Argentina	(27,6)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	0,6	7,6	3,2
(=) BASE DE CÁLCULO	(15,6)	67,5	83,0
IR e CSLL (34%)	5,3	(23,0)	(28,2)
Incentivo fiscal	22,7	-	0,6
Ajuste fiscal inflação - Argentina	18,4	-	-
TOTAL DE IR/CS (b)	46,4	(23,0)	(27,6)
TAXA EFETIVA (b/a)	-15,2%	6,0%	9,1%

LAJIDA:

	2017	2016	2015
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	350,6	358,5	263,2
(+) I.R. e contribuição social	-46,4	23,0	27,6
(-) Resultado financeiro	73,5	87,0	60,8
(+) Depreciação e amortização	106,8	103,8	101,6
Resultado de operações descontinuadas	1,7	3,7	-
EBITDA CONFORME INSTRUÇÃO CVM 527	486,2	576,0	453,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, o LAJIDA consolidado somou R\$ 486,2 milhões, redução de 15,6% em relação a 2016, e margem de 13,1%, inferior em 1,1 pp em relação a 2016. No Brasil o Lajida subiu 2% e a margem foi 1,5 ponto percentual mais alta. A redução das margens brutas dos negócios internacionais de Sandálias e da Argentina, e a menor produtividade nas despesas operacionais explicam as quedas nas margens Lajida destas operações, que caíram, respectivamente, 4,1 pp e 8,7 pp.

Em 2016, o LAJIDA consolidado das operações continuadas totalizou R\$ 595,8 milhões (R\$ 563,4 milhões em 2015), com margem de 14,7% (14,0% em 2015). O crescimento de 5,8% em relação a 2015 deve-se especificamente ao crescimento do LAJIDA do Brasil de 42,5%.

Em 2015, o LAJIDA consolidado das operações continuadas totalizou R\$ 563,4 milhões (R\$ 477,6 milhões em 2014), com margem de 14,0% (13,5% em 2014). Os principais fatores que explicam a variação do ano no LAJIDA são: (a) crescimento das operações internacionais em moeda local; e (b) variação cambial.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas:

Balanço Patrimonial

(em R\$ milhões)

ATIVO

	2017	AV	2016	AV	2015	AV	Variação 2017/2016	Variação 2016/2015
CIRCULANTE								
Caixa e aplicações financeiras	706,4	18,3%	502,1	13,3%	488,2	13,0%	40,7%	2,9%
Clientes	911,5	23,7%	931,3	24,6%	883,8	23,5%	-2,1%	5,4%
Estoques	698,8	18,1%	652,4	17,3%	633,7	16,8%	7,1%	3,0%
Impostos a recuperar	85,2	2,2%	63,5	1,7%	84,7	2,2%	34,2%	-25,0%
Despesas antecipadas	11,3	0,3%	11,7	0,3%	14,8	0,4%	-3,6%	-21,0%
Ganhos não realizados com derivativos	0,0	0,0%	0,6	0,0%	3,4	0,1%	-100,0%	-81,7%
Outros créditos	26,8	0,7%	34,9	0,9%	45,4	1,2%	-23,2%	-23,1%
Ativos de operações descontinuadas	-	0,0%	65,5	1,7%	54,7	1,5%	-100,0%	19,7%
	2.439,9	63,3%	2.262,0	59,8%	2.208,6	58,7%	7,9%	2,4%
NÃO CIRCULANTE								
Impostos a recuperar	16,6	0,4%	19,5	0,5%	25,8	0,7%	-15,2%	-24,3%
I. renda e contrib. social diferidos	106,4	2,8%	76,7	2,0%	64,7	1,7%	38,8%	18,5%
Dep. compulsórios, fiscais e trab.	23,3	0,6%	22,3	0,6%	21,0	0,6%	4,5%	6,2%
Contas a receber	50,5	1,3%	30,1	0,8%	28,8	0,8%	67,7%	4,8%
Investimentos	1,3	0,0%	2,2	0,1%	2,3	0,1%	-40,2%	-4,9%
Imobilizado	721,6	18,7%	722,1	19,1%	740,9	19,7%	-0,1%	-2,5%
Intangível	493,8	12,8%	647,2	17,1%	671,4	17,8%	-23,7%	-3,6%
	1.413,5	36,7%	1.520,0	40,2%	1.554,8	41,3%	-7,0%	-2,2%
TOTAL DO ATIVO								
	3.853,5	100,0%	3.782,1	100,0%	3.763,5	100,0%	1,9%	0,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanço Patrimonial <i>(em R\$ milhões)</i>								Variação <i>2017/2016</i>	Variação <i>2016/2015</i>
		2017	AV	2016	AV	2015	AV		
PASSIVO									
CIRCULANTE									
Fornecedores	388,1	10,1%	427,3	11,3%	437,6	11,6%		-9,2%	-2,4%
Empréstimos e financiamentos	408,9	10,6%	209,9	5,6%	495,2	13,2%		94,8%	-57,6%
Obrigações negociadas de controlada	4,9	0,1%	6,1	0,2%	8,1	0,2%		-20,4%	-24,9%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	131,3	3,4%	162,7	4,3%	172,5	4,6%		-19,3%	-5,7%
Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15,0	0,4%	13,3	0,4%	16,1	0,4%		12,3%	-16,0%
Obrigações tributárias	32,8	0,9%	68,8	1,8%	47,2	1,3%		-52,4%	45,0%
Juros s/capital próprio /dividendos a pagar	5,0	0,1%	4,9	0,1%	4,8	0,1%		3,1%	2,2%
Perdas não realizadas com derivativos	0,6	0,0%	1,4	0,0%	0,1	0,0%		-57,1%	2073,0%
Provisões e outras obrigações	134,9	3,5%	87,6	2,3%	121,9	3,2%		54,0%	-28,2%
Passivos de operações descontinuadas	0,0	0,0%	12,5	0,3%	6,0	0,2%		-100,0%	109,6%
	1.121,5	29,1%	994,5	26,3%	1.309,5	34,8%		12,8%	-24,1%
NÃO CIRCULANTE									
Empréstimos e financiamentos	324,7	8,4%	382,8	10,1%	177,4	4,7%		-15,2%	115,7%
Obrigações negociadas de controlada	18,8	0,5%	24,6	0,7%	41,2	1,1%		-23,5%	-40,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	55,9	1,5%	67,5	1,8%	82,9	2,2%		-17,2%	-18,5%
Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas	42,0	1,1%	38,4	1,0%	24,0	0,6%		9,4%	59,7%
Tributos com exigibilidade suspensa e outros	0,0	0,0%	198,6	5,3%	185,2	4,9%		-100,0%	7,2%
Plano de incentivo de longo prazo	12,5	0,3%	6,5	0,2%	1,6	0,0%		92,6%	305,8%
Outras obrigações	13,6	0,4%	3,4	0,1%	10,3	0,3%		301,1%	-67,1%
	467,6	12,1%	721,8	19,1%	522,7	13,9%		-35,2%	38,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social realizado	648,5	16,8%	648,5	17,1%	659,2	17,5%		0,0%	-1,6%
Reserva de capital	172,8	4,5%	172,8	4,6%	169,2	4,5%		0,0%	2,1%
Ações em tesouraria	(64,2)	-1,7%	(64,2)	-1,7%	(84,6)	-2,2%		0,0%	-24,0%
Reservas de lucros	1.481,0	38,4%	1.365,2	36,1%	1.123,7	29,9%		8,5%	21,5%
Ajuste de avaliação patrimonial	(149,1)	-3,9%	(146,2)	-3,9%	(28,1)	-0,7%		2,0%	420,0%
Dividendo adicional proposto	97,4	2,5%	0,0	0,0%	0,0	0,0%		0,0%	0,0%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	2.186,4	56,7%	1.976,0	52,2%	1.839,5	48,9%		10,6%	7,4%
Participação dos acionistas não controladores	78,0	2,0%	89,7	2,4%	91,7	2,4%		-13,1%	-2,2%
	2.264,4	58,8%	2.065,7	54,6%	1.931,2	51,3%		9,6%	7,0%
TOTAL DO PASSIVO								1,9%	0,5%

ATIVO CIRCULANTE:

Caixa e aplicações financeiras:

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 706,4 milhões, aumento de 40,7% em relação a 2016. O aumento deve-se principalmente a captação em dez-17 de recursos na emissão de debêntures no valor de R\$ 250,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de caixa e aplicações foi de R\$ 502,1 milhões, aumento de 2,9% em relação ao saldo de 2015. A geração operacional totalizou R\$ 288,3 milhões, sendo que o maior impacto positivo no caixa em 12 meses deveu-se ao LAJIDA. Os desembolsos mais significativos foram: (i) R\$ 119,6 milhões em amortização líquida de empréstimos (incluindo juros); e (ii) R\$ 131,8 milhões com remuneração aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de caixa e aplicações foi de R\$ 488,2 milhões, não sofrendo variações significativas em relação a 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Clientes:

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de clientes era de R\$ 911,5 milhões, 2,1% inferior a 2016. A redução deve-se, principalmente, a vendas inferior ao planejado em dez-17.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de clientes era de R\$ 931,3 milhões, 5,4% superior ao mesmo período de 2015. O aumento deve-se, principalmente, pela elevação em 10 dias do prazo médio de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo era de R\$ 883,8 milhões, 3,4% inferior ao mesmo período de 2014. A redução no saldo deve-se, principalmente, a diminuição do prazo médio de recebimento em 5 dias.

Estoques:

Em 31 de dezembro de 2017, os estoques somavam R\$ 698,8 milhões, montante 7,1% superior a 2016. Esta variação deve-se, principalmente, a realização de vendas inferior ao planejado em dez-17.

Em 31 de dezembro de 2016, os estoques somavam R\$ 652,4 milhões, montante 3,0% superior ao mesmo período de 2015. Esta variação deve-se, principalmente, (i) ao aumento de 17 dias no giro dos estoques e (ii) redução do saldo de estoques na Argentina em decorrência da variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2015, os estoques somavam R\$ 633,7 milhões, montante 13,9% superior ao mesmo período de 2014. Esta variação deve-se: (i) ao aumento do custo dos produtos acabados importados no Brasil impactado pela alta do dólar; e (ii) aumento do saldo de estoques nos USA e EMEA em decorrência da variação cambial.

Ativos de operações descontinuadas:

Em 2017, a Companhia liquidou todos os ativos e passivos referentes a operação descontinuada da marca Timberland.

Em 2016, a Companhia descontinuou as operações da marca Timberland. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo referente aos ativos desta operação era de R\$ 65,5 milhões.

Em 2015, a Companhia assinou contrato de alienação das marcas Topper e Rainha no Brasil. O saldo de R\$ 54,7 milhões refere-se aos ativos relacionados às operações descontinuadas das respectivas marcas. A conclusão da operação foi em maio de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Imobilizado:

Segue abaixo a movimentação dos saldos do imobilizado:

Imobilizado	Saldo em 2016	Adições	Transf. (i)	(-) Depreciações	(-) Baixas	Var. cambial/ Outras mov.	Saldo em 2017
Terrenos	12,3	-	-	-	-	(0,5)	11,7
Edifícios e construções	277,4	0,2	20,4	(10,8)	(1,4)	(5,8)	280,0
Máquinas e equipamentos	287,0	5,2	52,9	(36,4)	(3,3)	(9,1)	296,4
Móveis e utensílios	30,1	4,1	2,6	(7,9)	(0,7)	2,9	31,0
Veículos	3,1	-	0,7	(0,8)	(0,0)	(0,6)	2,5
Benfeitoria imóveis de terceiros	44,3	3,3	5,5	(13,3)	(0,7)	6,9	46,1
Projetos em andamento	61,0	79,3	(85,2)	-	-	(0,1)	55,1
Outros imobilizados	13,4	-	-	-	(0,1)	(2,7)	10,6
Provisão para perdas (Impairment)	(6,6)	-	-	-	-	(5,1)	(11,8)
Total	722,1	92,2	(3,0)	(69,3)	(6,3)	(14,1)	721,6

Imobilizado	Saldo em 2015	Adições	Transferências	Depreciações	Baixas	Var. cambial/ Outras mov.	Saldo em 2016
Terrenos	13,2	-	9,4	-	(1,5)	(0,9)	20,1
Edifícios e construções	293,3	0,4	43,3	(11,4)	(0,7)	(12,7)	312,1
Máquinas e equipamentos	282,4	4,0	0,1	(36,5)	(0,4)	(5,4)	244,2
Móveis e utensílios	35,2	2,9	0,3	(7,7)	-	0,1	30,7
Veículos	3,7	0,8	1,2	(3,0)	(1,2)	1,3	2,8
Benfeitoria em imóveis de terceiros	56,2	5,4	(56,8)	(11,4)	(0,0)	(5,9)	(12,4)
Projetos em andamento	45,9	81,3	0,8	-	(9,3)	(9,4)	109,3
Outros imobilizados	23,2	-	0,5	-	-	(1,3)	22,5
Provisão para perdas ("impairment")	(12,2)	-	-	-	-	5,0	(7,2)
Total	740,9	94,8	(1,3)	(70,0)	(13,1)	(29,2)	722,1

Imobilizado	Saldo em 2014	Adições	Transferências	Depreciações	Baixas	Var. cambial/ Outras mov.	Saldo em 2015
Terrenos	13,4	-	-	-	-	(0,1)	13,2
Edifícios e construções	265,3	1,7	38,4	(10,9)	(0,1)	(1,1)	293,3
Máquinas e equipamentos	257,8	4,8	55,2	(35,2)	(1,4)	1,3	282,4
Móveis e utensílios	33,9	5,4	5,6	(8,1)	(0,7)	(0,9)	35,2
Veículos	4,7	(0,0)	0,0	(1,0)	(0,0)	(0,1)	3,7
Benfeitoria em imóveis de terceiros	53,8	7,6	(0,8)	(12,3)	(0,1)	8,1	56,2
Projetos em andamento	72,1	97,8	(121,2)	-	-	(2,9)	45,9
Outros imobilizados	7,9	0,1	4,9	(0,5)	-	10,8	23,2
Provisão para perdas ("impairment")	(10,8)	-	-	-	-	(1,4)	(12,2)
Total	698,1	117,3	(17,9)	(68,0)	(2,2)	13,6	740,9

Intangível:

Segue abaixo a movimentação dos saldos do intangível:

Intangível	Saldo em 2016	Adições	Transf.	(-) Amortizações	(-) Baixas/ Impairment	Var. cambial/ Outras mov.	Saldo em 2017
<u>Com vida útil definida:</u>							
Marcas, direitos e patentes	1,9	-	-	(1,5)	-	(0,4)	-
Sistema de gestão empresarial	62,1	2,0	2,1	(18,3)	(0,0)	0,0	47,9
Cessão de direitos comerciais	6,3	1,8	82,9	(11,9)	(0,7)	0,3	78,7
Carteira de Clientes	3,1	5,6	-	(1,8)	-	(0,3)	6,5
Acordo de não competição	11,6	-	-	(4,0)	-	-	7,7
<u>Sem vida útil definida:</u>							
Marcas, direitos e patentes	143,9	-	-	-	-	-	143,9
Projetos em andamento	5,6	3,9	(2,0)	-	-	-	7,4
Ágio em controladas	327,3	-	-	-	(125,5)	-	201,8
Cessão de direitos comerciais	85,4	-	(80,0)	-	(6,9)	1,4	-
Total	647,2	13,3	3,0	(37,6)	(133,1)	1,0	493,8

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<u>Intangível</u>	<u>Saldo em 2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Baixas</u>	<u>Var. cambial/ Outras mov.</u>	<u>Saldo em 2016</u>
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	4,7	0,3	0,0	(2,3)	-	(0,8)	1,9
Sistemas de gestão empresarial	79,9	1,4	0,9	(24,5)	(0,2)	4,6	62,1
Cessão de direitos comerciais	6,2	7,8	1,6	(1,4)	(0,3)	(7,6)	6,3
Carteira de clientes	6,5	-	-	(1,4)	-	(2,0)	3,1
Acordo de não competição	15,6	-	-	(4,0)	-	0,0	11,6
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	143,9	-	-	-	-	-	143,9
Ágio na aquisição de controladas	327,3	-	-	-	-	-	327,3
Projetos em andamento	3,9	4,8	(1,2)	-	-	0,4	7,9
Cessão de direitos comerciais	83,4	-	-	-	(0,7)	2,7	85,4
Total	671,4	14,3	1,3	(33,7)	(1,1)	(2,7)	649,5
<u>Intangível</u>	<u>Saldo em 2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Baixas</u>	<u>Var. cambial/ Outras mov.</u>	<u>Saldo em 2015</u>
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	5,4	0,1	0,0	(2,1)	-	1,3	4,7
Sistemas de gestão empresarial	73,5	0,4	30,0	(24,8)	(0,1)	1,0	79,9
Cessão de direitos comerciais	5,7	2,9	-	(1,3)	-	(1,1)	6,2
Carteira de clientes	8,6	-	-	(1,4)	-	(0,7)	6,5
Acordo de não competição	19,6	-	-	(4,0)	-	-	15,6
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	143,9	-	-	-	-	(0,0)	143,9
Ágio na aquisição de controladas	323,9	-	-	-	-	3,4	327,3
Projetos em andamento	12,4	6,2	(14,6)	-	-	-	3,9
Cessão de direitos comerciais	77,0	-	2,5	-	(0,2)	4,1	83,4
Total	669,9	9,5	17,9	(33,6)	(0,3)	7,9	671,4

PASSIVO CIRCULANTE:

Fornecedores:

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo era de R\$ 388,1 milhões, redução de 9,2% em relação a 2016. A redução deve-se, principalmente, ao menor volume de compras em função da redução no volume de vendas.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$ 427,3 milhões, redução de 2,4% em relação a 2015. A redução deve-se, principalmente, ao processo de nacionalização da produção de alguns modelos do tênis da marca Mizuno.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo era de R\$ 437,6 milhões, montante 10,3% superior a 2014. O aumento deve-se, principalmente, ao maior prazo de pagamento aos fornecedores das operações nacionais.

Empréstimos e financiamentos:

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

Financiamentos - movimentação	2017	2016	2015
<i>Saldo inicial</i>	592,7	672,6	514,0
Captação de empréstimos	456,6	398,6	497,8
Provisão de Juros	50,3	43,9	39,5
Amortização do principal	(304,7)	(454,6)	(373,0)
Amortização de Juros	(55,7)	(42,6)	(35,2)
Variação Monetária	0,9	5,0	-
Variação cambial	(6,5)	(30,2)	29,4
<i>Saldo final</i>	733,6	592,7	672,6
Passivo circulante	408,9	209,9	495,2
Passivo não circulante	324,7	382,8	177,4

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento financeiro consolidado da Alpargatas somava R\$ 733,6 milhões, com o seguinte perfil:

- R\$ 408,9 milhões (56,0% do total) com vencimento no curto prazo, sendo R\$ 289,6 milhões em moeda nacional. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira somava R\$ 119,3 milhões e financiava, principalmente, o capital de giro das subsidiárias no exterior.
- R\$ 324,7 milhões (44,0%) com vencimento no longo prazo, em moeda nacional. Em dezembro de 2017, a Alpargatas captou o montante de R\$ 250,0 milhões por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries da espécie quirografária da primeira emissão. Os recursos obtidos serão utilizados para gestão ordinária dos negócios, conforme previsto no Estatuto Social. A amortização dos recursos será feita integralmente em uma única parcela na data de vencimento de cada série, sendo a primeira em dezembro de 2019, a segunda em dezembro de 2020 e a terceira em dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento financeiro consolidado da Alpargatas somava R\$ 592,7 milhões, sendo R\$ 584,1 milhões denominados em reais e R\$ 87,0 milhões em moeda estrangeira, com o seguinte perfil:

- R\$ 209,9 milhões (35,0% do total) com vencimento em curto prazo, sendo R\$ 72,3 milhões em moeda nacional. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira para financiamento de capital de giro das subsidiárias no exterior somava R\$ 87,0 milhões. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira para financiamento de subsidiária no país somava R\$ 50,6 milhões.
- R\$ 382,8 milhões (65,0% do total) com vencimento em longo prazo, sendo R\$ 382,7 milhões em moeda nacional e R\$ 0,1 milhão em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento financeiro consolidado da Alpargatas somava R\$ 672,6 milhões, sendo R\$ 584,1 milhões denominados em reais e R\$ 88,7 milhões em moeda estrangeira, com o seguinte perfil:

- R\$ 495,2 milhões (73,6% do total) com vencimento em curto prazo, sendo R\$ 406,9 milhões em moeda nacional. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira equivale a R\$ 88,3 milhões e financia o capital de giro das subsidiárias no exterior, podendo ser renovada em seu vencimento.
- R\$ 177,4 milhões (26,4% do total) com vencimento em longo prazo, sendo R\$ 177,1 milhões em moeda nacional e R\$ 0,3 milhão em moeda estrangeira, com o seguinte cronograma de amortização:
 - ✓ 2017: R\$ 33,7 milhões;
 - ✓ 2018: R\$ 32,7 milhões;
 - ✓ 2019: R\$ 32,1 milhões;
 - ✓ 2020 em diante: R\$ 78,8 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações trabalhistas e previdenciárias:

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo era de R\$ 131,3 milhões, montante 19,3% inferior a 2016 devido, principalmente, a redução na provisão de participação nos lucros.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$ 162,7 milhões, montante 5,7% inferior ao mesmo período de 2015 devido, principalmente, a redução na provisão de participação nos lucros.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo era de R\$ 172,5 milhões, montante 14,4% superior ao mesmo período de 2014, principalmente em função de: (i) aumento na provisão de férias em decorrência da maior concentração no período; e (ii) aumento na provisão de participação nos lucros.

Provisões e outras obrigações:

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo era de R\$ 134,9 milhões, aumento de 54,0% com relação a 2016. O aumento deve-se, principalmente, a um adiantamento recebido pela venda de um imóvel localizado em Buenos Aires/ARG, cuja transação se concretizará em 2018.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$ 87,6 milhões, reduzindo 28,2% com relação ao mesmo período de 2015. A redução foi, principalmente, em função da baixa da provisão efetuada em 2015 para despesas pela mudança de controle.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo era de R\$ 121,9 milhões, montante 38,5% superior ao mesmo período de 2014, principalmente em função de: (i) provisão de despesas pela mudança do controle; e (ii) provisão para despesas com imposto de importação de exercícios anteriores na Alpargatas USA.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

Empréstimos e financiamentos:

Vide comentários no passivo circulante.

Tributos com exigibilidade suspensa:

Tributos com exigibilidade suspensa	2017	2016	2015
COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	-	198,6	181,6
PIS / COFINS - Zona Franca de Manaus e outros	-	-	3,7
Total	-	198,6	185,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Durante o ano de 2017, houve reversão da provisão tributária sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da Cofins no valor de R\$ 198,6 milhões. Em março/17, o STF decidiu de forma favorável aos contribuintes de que o ICMS não deveria compor a base de cálculo da Cofins.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$ 198,6 milhões, montante 7,2% superior ao mesmo período de 2015. O aumento deve-se a atualização monetária dos valores provisionados.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo era de R\$ 185,2 milhões, montante 10,5% superior ao mesmo período de 2014. O aumento deve-se a atualização monetária dos valores provisionados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O saldo refere-se à constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais valia apurada na avaliação a valor justo dos ativos e passivos da Osklen.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Em 31 de dezembro de 2017, o total do patrimônio líquido (controladora) somava R\$ 2.186,3 milhões, montante 10,6% superior ao de 2016. Os principais itens de mutação foram:

	Acionistas controladores	Acionistas minoritários	Total
Saldo em dez-2016	1.976,0	89,7	2.065,7
Lucro do exercício de 2017	362,3	(11,7)	350,6
Outros resultados abrangentes	(2,4)		(2,4)
Distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	(150,3)	-	(150,3)
Outras movimentações	0,8	-	0,8
Saldo em dez-2017	2.186,4	78,0	2.264,4

Em 31 de dezembro de 2016, o total do patrimônio líquido (controladora) somava R\$ 1.977,6 milhões, montante 7,5% superior ao mesmo período de 2015. Os principais itens de mutação foram:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Acionistas controladores	Acionistas minoritários	Total
Saldo em dez-2015	1.839,5	91,7	1.931,2
Lucro do exercício de 2016	361,6	(3,1)	358,5
Outros resultados abrangentes	(117,1)	1,1	(116,0)
Distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	(132,6)	-	(132,6)
Aquisição / vendas de ações em tesouraria	23,9	-	23,9
Outras movimentações	0,7	-	0,7
Saldo em dez-2016	1.976,0	89,7	2.065,7

Em 31 de dezembro de 2015, o total do patrimônio líquido (controladora) somava R\$ 1.839,5 milhões, montante 7,9% inferior ao mesmo período de 2014. Os principais itens de mutação foram:

	Acionistas controladores	Acionistas minoritários	Total
Saldo em dez-2014	1.997,7	103,2	2.100,9
Lucro do exercício de 2015	272,3	(9,1)	263,2
Outros resultados abrangentes	(1,7)	(2,4)	(4,1)
Distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	(428,0)	-	(428,0)
Aquisição / vendas de ações em tesouraria	(5,4)	-	(5,4)
Outras movimentações	4,6	-	4,6
Saldo em dez-2015	1.839,5	91,7	1.931,2

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. A Administração deve comentar:

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Alpargatas é composta pelas vendas no mercado interno, em sua maioria para clientes varejistas de calçados e atacadistas, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações nos Estados Unidos, na Europa e na Argentina, além das exportações. A Alpargatas goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram em 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2017 foi de R\$184,2 milhões. Em 2016 foi de R\$181,7 milhões e em 2015 a subvenção foi de R\$ 143,8 milhões.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2017 os principais fatores que impactaram os resultados operacionais foram:

- Receita líquida com recuo de 8,2% na comparação com 2016 em decorrência do decréscimo no faturamento das operações nos mercados interno e externo.
- LAJIDA inferior em 15,6% em relação a 2016, impactado principalmente pelos negócios internacionais de sandálias e Argentina.

Em 2016 os principais fatores que impactaram os resultados operacionais foram:

- O destaque foi o aumento de 19,6% no faturamento do negócio Sandálias no País, decorrente do preço médio maior e dos incrementos de 11,5% e 13,6% no volume de sandálias e no de produtos de extensão de Havaianas, respectivamente, com incremento na margem bruta em 1,7 p.p.
- LAJIDA superior ao de 2015 em 5,8%, com crescimento especificamente no Brasil de 42,5%.
- O lucro líquido cresceu 25,9% ante 2015. Desconsiderando o valor não recorrente das despesas com mudança de controle, sendo a geração do LAJIDA o fator que mais contribuiu para essa evolução no ano.

Em 2015 os principais fatores que impactaram os resultados operacionais foram:

- O crescimento do lucro bruto pelo aumento expressivo da participação de Havaianas na receita do mercado interno, pelo aumento da produtividade fabril na Argentina, pelo efeito positivo do câmbio nas operações internacionais de Sandálias, apesar da elevação de custo dos calçados Mizuno e Timberland importados.
- Menor produtividade nas despesas operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Os gastos com a mudança de controle acionário que se referem, em sua maioria, a anuências contratuais.
- A redução do resultado financeiro por uma posição financeira líquida (PFL) menor.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Alpargatas é impactada diretamente pelo volume de vendas, modificação de preços e lançamento de coleções de produtos.

Em 2017, a receita líquida de vendas apresentou uma queda de 8,2% em relação ao ano de 2016, devido ao:

- Volume de vendas inferior em 13,5%;
- Aumento de preço e melhor mix em 10,7% e;
- Impacto cambial negativo líquido de 5,4%, em razão da desvalorização do real frente ao dólar e ao euro e da apreciação do real em relação ao peso argentino, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

Em 2016, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 0,4% em relação ao ano de 2015, devido ao:

- Volume de vendas superior em 4,5%;
- Aumento de preço e melhor mix em 4,6% e;
- Impacto cambial negativo líquido de 8,7%, em razão da desvalorização do real frente ao dólar e ao euro e da apreciação do real em relação ao peso argentino, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

Em 2015, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 16,6% em relação ao ano de 2014, devido ao:

- Volume de vendas inferior em 6,2%;
- Aumento de preços e mix de vendas mais ricos em 12,9% (percentual já inclui inflação) e;
- Impacto cambial positivo líquido de 9,9%, em razão da desvalorização do real frente ao dólar, ao euro e ao peso argentino, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A inflação tem impacto nos negócios da Alpargatas, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais. O câmbio e commodities também têm parcela significativa no comportamento dos preços, principalmente a borracha sintética, principal insumo para a fabricação de sandálias e o algodão, utilizado na divisão têxtil da Argentina.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2017, a Alpargatas sofreu impacto líquido negativo no LAJIDA no montante de R\$ 6,8 milhões, gerados por (i) efeito negativo nas aquisições de insumos – borracha e algodão; e (ii) efeito negativo na conversão dos resultados das operações internacionais.

Em 2016, a Alpargatas sofreu impacto líquido negativo de câmbio no resultado do LAJIDA no montante de R\$ 62,1 milhões, gerado pelo (i) efeito negativo nas aquisições de insumos - borracha e algodão; (ii) efeito negativo na conversão dos resultados das operações internacionais; e (iii) efeito negativo do hedge operacional.

Em 2015, a Alpargatas sofreu impacto líquido positivo de câmbio no resultado do LAJIDA no montante de R\$ 38,2 milhões, gerado pelo (i) efeito negativo nas importações de produtos acabados, (ii) efeito positivo na conversão dos resultados das operações internacionais, e (iii) efeito positivo do hedge operacional.

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

R\$ mil	2017	2016	2015
Ativo			
Bancos	-	4	-
Contas a receber de clientes	80.122	103.455	129.597
Total do ativo	80.122	103.459	129.597
Passivo			
Fornecedores	50.756	52.246	83.299
Royalties a pagar	1.197	6.429	3.854
Total do passivo	51.953	58.675	87.153
Exposição líquida	28.169	44.784	42.444
Instrumentos financeiros derivativos (i)	(29.772)	(20.330)	1.334
Total da exposição sem controladas no exterior	(1.603)	24.454	43.778

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e “royalties”, denominados em moeda estrangeira.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui importações em dólares de produtos acabados e matérias primas, referentes às unidades de negócio de Artigos Esportivos e Sandálias. Além disso, a Companhia também compra parte de suas matérias-primas nacionais a um valor cujo

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Preço sofre impacto indireto da variação da taxa cambial. Por outro lado, a Companhia possui também exportações de sandálias que, em sua maioria, são vendidas em dólares.

O volume de exportações e recebimentos em moeda estrangeira é superior ao volume de importações e pagamentos em moeda estrangeira. Dessa forma, a Companhia possui uma exposição cambial cuja posição exportadora é maior do que a posição importadora, ou seja, possui um risco de perda se houver queda na taxa de câmbio.

Além disso, a Companhia poderá eventualmente contratar derivativos cambiais contra o risco da flutuação do câmbio sobre dívidas contraídas em moeda estrangeira (por exemplo, Nota de Crédito de Exportação (NCE), Pré Pagamento de Exportação (PPE), entre outras).

Com o objetivo de mitigar este risco e principalmente proteger o seu fluxo de caixa, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a Política de Gestão de Risco Cambial. Esta política estabelece diretrizes para operações de proteção do fluxo de caixa através da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos visam proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia através da redução da exposição cambial para um horizonte de doze meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Estas operações visam proteger os impactos da variação cambial sobre as importações e exportações.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 A Administração deve comentar sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 3 de novembro de 2015, a Companhia, com o objetivo de aumentar o foco em seus negócios mais estratégicos, celebrou com um grupo de investidores liderados pelo Sr. Carlos Roberto Wizard Martins: (a) Contrato de Compra e Venda para alienação de 100% da unidade de negócio que compreenderá a totalidade das operações relacionadas às marcas Topper no Brasil e Rainha no Brasil e no mundo; (b) Acordo de Compra e Venda para alienação de 20% da unidade de negócio que compreenderá a totalidade das operações relacionadas à marca Topper na Argentina e no mundo (exceto Estados Unidos e China), atualmente desenvolvida pela controlada Alpargatas S.A.I.C.-Argentina; e (c) Acordo de licenciamento de uso da marca Topper, por período de até 15 anos, nos Estados Unidos e China.

Os fechamentos das operações ocorrerão em datas distintas e estão sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes.

Como previsto na estruturação da transação, em fevereiro de 2016, a Alpargatas segregou a unidade de negócios responsável pelas atividades das marcas Topper e Rainha no Brasil em uma nova companhia a BRS Comércio e Indústria de Material Esportivo S.A.(BRS), a qual foi adquirida pelos compradores em 2 de maio de 2016.

A operação na Argentina também se dará mediante a segregação da operação em uma nova companhia (“NewCo Argentina”) a ser constituída pela Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, sendo que os compradores adquirirão ações representativas de 20% do capital social da NewCo Argentina.

O preço de compra da operação Brasil foi de R\$49.836. O preço de compra da operação Argentina será equivalente à participação alienada de 20% multiplicada por 6,5 vezes o EBITDA efetivo do negócio Topper na Argentina no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2015, ajustado pelo valor da dívida líquida na data do respectivo fechamento (vide detalhes na nota explicativa nº 11).

Em 2 de maio de 2016 a Companhia recebeu a primeira parcela do preço de compra da operação Brasil no valor de R\$24.345. Os demais recebimentos estão ocorrendo desde julho de 2016 conforme contrato e respectivos aditivos.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participações societária

- **Alpargatas Colombia SAS**

Constituída em 2017 e com início das operações previsto para 2018.

(c) eventos ou operações não usuais

Aquisição do controle societário pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Cambuhy Investimentos Ltda. e Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi comunicada que a J&F Investimentos e a ITAÚSA, a Cambuhy e a Brasil Warrant assinaram contrato de compra e venda de ações para aquisição do controle acionário da Alpargatas. A operação envolve a aquisição da totalidade das 207.246.069 ações de emissão da Alpargatas detidas pela J&F pelo preço de R\$ 3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais).

Em 4 de agosto de 2017, foi publicada no D.O.U. Despacho do Superintendente Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), decidindo pela aprovação, sem restrições, da operação de aquisição do controle acionário da Alpargatas S.A. , realizada entre J&F Investimentos S.A., na qualidade de vendedora, e as empresas Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., Cambuhy Investimentos Ltda. e Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A., na qualidade de compradoras. Tal decisão ainda está sujeita a recurso, não tendo, portanto, transitado em julgado.

Em 20 de setembro de 2017, foi concluída a operação de compra e venda de ações da Companhia, onde a Itaúsa, a Cambuhy Investimentos Ltda. e a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresa S.A. (“Compradores”) adquiriram a totalidade das ações de emissão da Alpargatas detidas pela J&F Investimentos S.A., representado por 255.183.112 ações, sendo 207.246.069 ações ordinárias e 47.937.043 ações preferenciais, equivalente a 54,24% do capital social total da Alpargatas, sendo 85,78% do capital social votante e 20,95% do total das ações preferenciais (“Ações Alienadas”).

O preço das Ações Alienadas, após os ajustes em razão do pagamento de juros sobre capital próprio à J&F (conforme deliberado em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 4 de agosto de 2017) foi de R\$3.479.907 (três bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, novecentos e sete mil reais), sendo o preço por ação equivalente a R\$14,17 por ação ordinária e R\$11,32 por ação preferencial.

Nos termos do art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações e em razão da aquisição do controle acionário pelos Compradores por meio da aquisição das Ações Alienadas da J&F, os Compradores têm a obrigação de realizar a oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da Companhia, detentores de ações ordinárias, de modo a assegurar a tais acionistas o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária à J&F, ou seja, ao preço de R\$11,34 (“OPA Obrigatória”).

Licenciamento da marca Timberland

Em 13 de maio de 2016, a Companhia divulgou por meio de fato relevante que, a partir de 1º de janeiro de 2017, não seria mais a representante da marca Timberland no Brasil. Esta decisão estava alinhada com a estratégia da Companhia em relação ao seu posicionamento no mercado de artigos esportivos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 A Administração deve comentar:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Novas normas, alterações e interpretações de normas

A natureza e os impactos das novas interpretações e alterações de normas estão descritas abaixo:

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las quando entrarem em vigência.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

O IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Para vendas de produtos, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos.

A Companhia possui com determinados clientes contrato de acordo comercial que permite alguns descontos especiais, que são contabilizados no momento do reconhecimento da receita como “despesas com vendas” e a partir de 2018 serão contabilizados como redutor da “receita de vendas”.

A Companhia estima um impacto negativo em receita líquida no montante entre R\$21,0 e R\$25,0 milhões.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Esse pronunciamento aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

hedge. A IFRS 9 foi emitida de forma completa em julho de 2014 e substituirá o IAS 39 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 38: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39)). O CPC 48 (emitido em dezembro de 2016 e aprovado pela CVM na mesma data), que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil, requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança para os passivos financeiros em que a entidade adotou a opção de valor justo, onde a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

O CPC 48 também substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações contábeis da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança em 31 de dezembro de 2017, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Sociedade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a entidade fará no futuro. No entanto, em uma avaliação preliminar a Sociedade estima os seguintes potenciais impactos da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017:

- Aumento significativo das divulgações, por conta das exigências do CPC 48 para a divulgação dos critérios de classificação e mensuração, perda esperada e hedge accounting (se aplicável);
- Os novos requerimentos de classificação de ativos financeiros não trarão impacto significativo em relação às classificações atualmente adotadas de acordo com o CPC 38;
- A Sociedade não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR, sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48;
- As perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar entre R\$ 9,0 e R\$17,0 milhões na provisão reconhecida anteriormente de acordo com o CPC 38. A Sociedade elaborou a metodologia para definição de perda por redução ao valor recuperável, conforme o CPC 48.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- As alterações esperadas de contabilidade de hedge teriam um impacto imaterial.

A Sociedade pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Companhia estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Outras alterações

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras e/ou informações contábeis consolidadas da Companhia quando de sua adoção inicial:

- Ciclo de melhorias anuais para IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em realação a vendas ou contribuições de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Imposto de Renda.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2017 não ocorreram impactos significativos em função de alterações de práticas contábeis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os pareceres dos auditores independentes não conteve ressalvas ou ênfases sobre as demonstrações financeiras de 2015 a 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 A Administração deve indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela Administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento incluem: reconhecimento de vendas, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha, planos de pensão e assistência médica, avaliação do valor recuperável do ágio e vida útil dos bens do imobilizado e intangível.

As práticas contábeis relevantes estão descritas nas notas explicativas relacionadas aos itens apresentados. Àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

a) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(i) Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior com moeda funcional diferente do Real

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d) Instrumentos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no momento do reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- (1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. São representados por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.
- (2) Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

- (i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.
- (ii) Outros passivos financeiros: são representados por empréstimos e financiamentos bancários, saldos a pagar a fornecedores e obrigações negociadas da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, os quais, exceto pelo saldo a pagar a fornecedores, são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF (“Non-Deliverable Forward”) e Swap para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de “hedge” são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Os contratos de derivativos da Companhia e suas controladas são considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa.

A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos qualificados como “hedge accounting” de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados para o resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por “hedge” afeta o resultado do exercício. Além disso, quando a operação prevista protegida por “hedge” resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e perdas previamente

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

diferidos no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

e) Receita operacional

(i) Venda de bens: A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

f) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Planos de benefícios definido: A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os beneficiados receberão como retorno pelos serviços prestados em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

g) Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

- (i) Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h) Capital social

- (i) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria): Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- i) Arrendamentos
 - (i) Determinado quando um contrato contém um arrendamento: No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.
 - (ii) Pagamentos de arrendamentos: Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.
- j) Ativo mantido para venda e resultado de operações descontinuadas

O Grupo classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda.

O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação do ativo mantido para venda cessa quando o ativo é designado como mantido para venda.
- k) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 A Administração deve descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando: (a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; (b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Alpargatas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, a Administração deve comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 A Administração deve indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Visando cumprir o plano de negócios e crescimento da Alpargatas estão previstos investimentos em manutenção e melhoria do atual parque fabril, tecnologia da informação, internacionalização, desenvolvimento de novos produtos, abertura e adequação de lojas e meio ambiente. O orçamento de capital previsto para 2018 é de R\$ 153,7 milhões.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Alpargatas pretende usar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Nos anos de 2015 a 2017 não foram adquiridos ativos que influenciassem materialmente na capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Alpargatas realiza investimentos permanentes em pesquisas e desenvolvimento de novos produtos. As coleções de sandálias, calçados e vestuários esportivos são renovadas anualmente. Os gastos com pesquisas e desenvolvimento de produtos em 2017 foram R\$ 17,5 milhões, 2016 foram de R\$ 19,7 milhões e em 2015 foram de R\$ 17,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

No ano de 2017, foi contabilizada uma receita de R\$ 198,6 milhões referente à reversão de provisão tributária sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da Cofins. Além disso, foi contabilizada uma despesa de R\$ 125,5 milhões relativa ao impairment do ágio gerado na aquisição da Osklen, para refletir a nova expectativa de ganhos futuros dessa empresa.

A Companhia incorreu no ano de 2015 em despesas não recorrentes no montante de R\$ 21,4 milhões pela troca de controle ocorrida em 23 de dezembro de 2015. Estas despesas referem-se principalmente à anuências contratuais.